

# Capital agredida

DF Brasília

185

DARSE JÚNIOR

DA EQUIPE DO CORREIO

Às margens do Paranoá, construções como píeres de concreto, garagens para barcos, churrasqueiras e até quadras poliesportivas avançam sobre as águas do lago. No Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA), os quiosques tomaram conta do canteiro central. Na área tombada do Plano Piloto, outdoors e antenas de telefonia móvel escondem ameaçam os monumentos e escondem o horizonte da capital.

As infrações às regras de urbanismo estão cada vez mais visíveis no Distrito Federal. Desafiam a fiscalização e desfiguram a arquitetura de Oscar Niemeyer e os traços de Lúcio Costa reconhecidos mundialmente. Aos poucos, a ocupação descontrolada da cidade desvaloriza o título de Patrimônio da Humanidade conferido pela Unesco. As agressões ameaçam também a fauna e a flora nativas.

No caso da orla do Paranoá, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) anunciou uma ação rigorosa contra as invasões de luxo. Mas nada foi derrubado. Pelo contrário. A cada dia surgem novas construções nas margens, considerada Área de Preservação Permanente.

## Ameaça de derrubadas

Para evitar as derrubadas, alardeadas em junho pelo então secretário de Meio Ambiente, pastor Jorge Pinheiro, os moradores da orla do Lago Paranoá que tinham alguma irregularidade nos fundos da sua casa deveriam apresentar um Plano de Recuperação da Área Degradada (Prade) até 1º de julho. Em um raio de 30 metros do lago, só poderiam ficar árvores e gramados.

Hoje, faz quatro meses que o prazo terminou. Nesse período, apenas foram emitidas algumas multas pelos fiscais da Semarh. Isso em julho, quando Pinheiro era o secretário. Ele pediu demissão do cargo no mesmo mês.

O Ministério Público quer um relatório da Semarh sobre as ações de preservação do lago até o próximo dia 15. "Queremos que o governo forneça uma política com um cronograma de desocupação da orla", explica o

promotor Paulo José Leite Farias, da Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística.

Os promotores públicos processarão por omissão os donos das casas que não apresentarem uma solução para a degradação ambiental no terreno. A Semarh já identificou 95 propriedades em situação irregular. Todas foram notificadas para elaborar sua Prade.

A assessoria de comunicação da Semarh garantiu que o relatório sobre notificações multas será entregue ao MP dentro do prazo. Mas não informou o número de moradores que apresentaram o Prade até a semana passada. Os assessores disseram ainda que a secretária de Meio Ambiente, Wandercy Antônia de Camargos, só dará entrevista quando o levantamento estiver pronto.

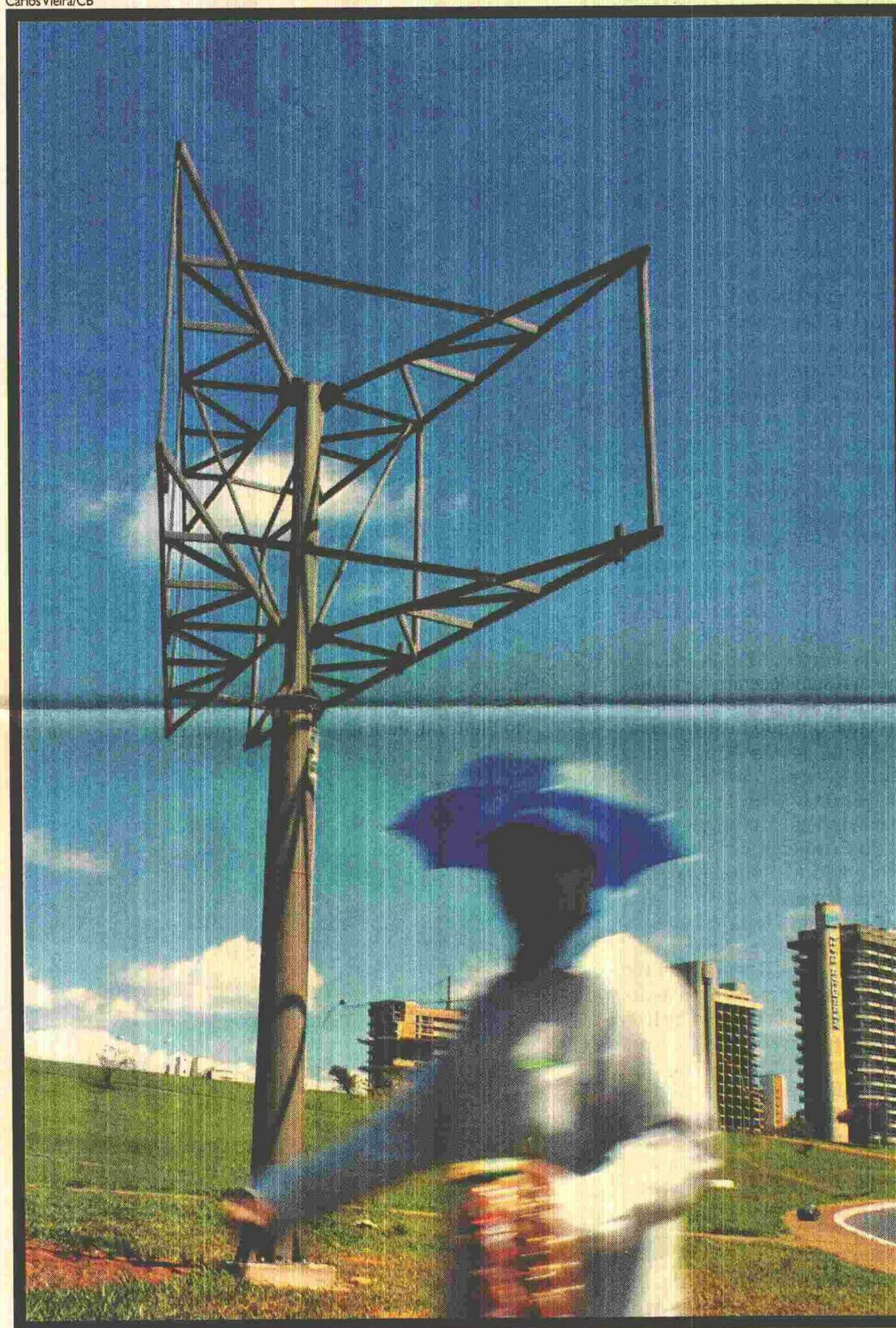
## Outdoors

A mais recente agressão ao tombamento surgiu no coração da cidade. Três outdoors foram erguidos nesse final de semana entre o Setor Comercial Sul e Setor Bancário Norte. A empresa responsável, imobiliária Casa Park, conseguiu a autorização na Justiça. Ela ganhou liminar judicial que obriga a administração de Brasília a liberar a construção de 18 *front lights* no Plano Piloto — nove no Setor Comercial Sul e outros nove entre o Setor Bancário Norte e o Setor Hoteleiro Norte. O governo não autorizou, mas mesmo assim, as placas foram instaladas.

As estruturas de metal com aproximadamente dez metros e custo de R\$ 22 mil começaram a ser erguidas no início da noite de sábado. Na manhã de domingo elas estavam de pé, pronta para receber os anúncios. "A liminar é uma decisão para ser cumprida em caráter de urgência, mas a administração se recusa a obedecer, por isso decidi erguer as propagandas", explica o sócio-proprietário da Casa Park, Cláudio de Castro. A instalação dos outros 15 *outdoors* ficará suspensa por causa de uma ameaça por parte do poder público.

"Assim que a ordem chegar, iremos derrubar todas as propagandas irregulares", garante a chefe do Núcleo de Fiscalização da Administração de Brasília, Helena Amaro. Para tentar barrar a

Carlos Vieira/CB



ESTRUTURA DE FRONT LIGHT INSTALADA NO EIXO MONUMENTAL: PROPAGANDA ERGUIDA À REVELIA DA ADMINISTRAÇÃO

retirada, o empresário promete recorrer novamente à Justiça. O principal argumento é o princípio da isonomia. Ele contratou um levantamento que mostra o desrespeito que o tombamento de Brasília vem sofrendo nos últimos tempos. O estudo revela que somente no Setor Comercial Sul

há 77 propagandas. "Por que eles podem e eu não?", questiona.

Para a integrante do Conselho Gestor da Área Preservada de Brasília (Conpresb) Heliete Bastos a resposta é simples e pode ser encontrada no Plano Diretor de Publicidade. "A lei é clara, impede a construção de propagandas

na zona cívica administrativa. Se uma decisão judicial autorizou a instalação de 18 outdoors, deveriam ter ao menos o bom senso de construir em outros pontos", critica.

A discussão sobre a instalação de propaganda é antiga. Em 2002, os deputados distritais aprova-

## CAOS URBANO

### Orla do Lago

As áreas de lazer das mansões, especialmente no Lago Sul, avançam em direção do espelho d'água, desrespeitando a distância mínima de 30m. Em alguns casos, construções como píeres, garagens para barcos, quadras de esporte, piscinas, churrasqueiras e ilhas particulares invadem as águas.

### Quiosques

O Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA) foi invadido por quiosques irregulares, que têm mudado de donos e destinação. Embora o termo de concessão de uso seja intransferível, os espaços são vendidos ilegalmente por preços entre R\$ 40 e R\$ 60 mil. Os pontos comerciais também têm servido de moradia.

### Front lights

Mesmo sem a autorização do governo local, uma empresa instala 18 equipamentos nos setores Comercial Sul, Bancário e Hoteleiro Norte. Uma decisão judicial garante a construção das estruturas de metal com aproximadamente 10m cada. O GDF promete recorrer e retirar toda a propaganda irregular da área tombada.

ram a Lei 3035/02, conhecida como Plano Diretor de Publicidade. A lei entrou em vigor e seguiu para o Conpresb regulamentar. Os conselheiros, no entanto, apontaram uma série de equívocos no texto e propuseram a elaboração de um novo projeto. Até hoje, O plano não foi regulamentado.